

**REFLEXÕES DE CASTELAO SOBRE A LINGUA (contidas em *Sempre em Galiza*): DA CORRELAÇÃO ENTRE O PROJECTO POLITICO, O "MODELO LINGUISTICO" E A PROPOSTA FORMALIZADORA**

ANTONIO GIL HERNANDEZ  
A Corunha

Não falo p'ra os soberbos,  
não falo p'ra os ruins e poderosos,  
não falo p'ra os inchados,  
não falo p'ra os estupidos,  
não falo p'ra os baleiros,  
Que falo p'ra os que aguentam rijamente  
mentiras e injustiças de cotio

(C.E. Ferreiro, *Longa noite de pedra*, 1962)

"...siempre la lengua fue compañera del imperio; et de tal manera lo siguió, que junta mente comenzaron, crecieron et florecieron, et después junta fue la caída de entrambos"

A. de Lebrixa, *Gramática de la lengua castellana* (1492)

"La voix douce de la persuasion peut accélérer l'époque où ces idiomes féodaux auront disparu. Un des moyens les plus efficaces peut-être pour électriser les citoyens, c'est de leur prouver que la connaissance et l'usage de la langue nationale importent à la conservation de la liberté"

Abbé Grégoire, *Rapport* (1794)

"Rosalia, por sus libros de versos gallegos, es un astro de primera magnitud en los vastos horizontes del arte español"

E. Castelar, "Prólogo" a *Follas novas*,  
de Rosalia Castro (1880)

"Hai a *Xunta de Galicia* e neste momento vai chegar á conclusión de que nada de lusismo, nada de portuguesismo, senón galego"

R. Lorenzo, *Colóquio de Tréveris* (1980)

## 0. Introdução (1)

Antes de mais nada, já que ninguém discute, se bem muitos, muitíssimos silenciam, que Castelão, na elaboração teórica e na praxe política, sustentava a utopia realizável, e enquanto tal, da *Republica Federal Hespanhola* quatriestadual, do modelo linguístico correspondente, também quatripartido, e da identificação do galego, ruralizado, com o português, galego nacionalizado, permito-me tirar da comunicação, em que ficará mostrada pontualmente a utopia castelániana, estas duas conclusões:

1ª. 'Rosalia, polos livros de versos em galego, tem de ser considerada astro de primeira magnitude nos vastos horizontes da lusofonia, primaria e substancialmente'; portanto erra o Notavel espanhol na afirmação que pugem como epigrafe. Quer dizer, *a literatura galega*, enquanto configuradora estética (ou "ideológica") da nacionalidade, *pertence por direito proprio à Comunidade Linguística e Cultural galego-luso-africano-brasileira*; e viceversa, as literaturas portuguesa e brasileira e africana lusofona devem, por direito proprio, ser conhecidas e estimadas na Comunidade Linguística Galega.

Ainda mais, *Galiza*, em geral, *pertence à lusofonia*, porque, a não ser assim e dado o assimilismo castelhanista, pertencerá só e exclusivamente à castelhanofonia.

2ª. Também na perspectiva de Castelão está errado R. Lorenzo quando, em coincidência "ideológica" com a "Xunta de Galicia", defronta galego com português; quer dizer quando afasta da lusofonia a Comunidade Linguística e Cultural Galega. Segundo Castelão, "o facto de que o galego chegasse a ser -como eles [os castelhanos] dizem- uma lingua *rustica* é um delito que se lhe pode achacar à hegemonia política de Castela, que o desterrou das escolas e das solenidades cidadãs; mas afortunadamente *a nossa lingua está viva e floresce em Portugal, falam-na e cultivam-na mais de sessenta milhões de seres* que, hoje por hoje, ainda vivem fora do imperialismo espanhol" (p. 241).

Estabelecidas as conclusões, enunciemos *a nossa tese*. Foi já exposta na "introdução" a um trabalho ultimamente publicado: Existe, "matizadamente para cada Estado-Nação, uma precisa correspondência entre o *projecto político-administrativo* a conseguir e o *modelo linguístico* (ou organização jurídica dos usos idiomáticos no seio das instituições e entre estas e os cidadãos). Ainda mais, parece-me razoável sustentar que os criterios a regerem a *normativização da lingua nacional* hão de ser correlativos do *projecto político* e do *modelo*

---

(1) Permitam-se-me três observações: 1ª. Na presente versão do trabalho reduzo no possível o aparato crítico; só incluo, como apêndice, uma "Bibliografia consultada".- 2ª. A comunicação expõe parcialmente um capítulo da tese de doutoramento que estou a elaborar e que, antes ou depois, será defendida perante uma tribuna académica, se os académicos garantem a imparcialidade, ou perante o Tribunal de Deus e da História.- 3ª. As citações do *Sempre em Galiza*, uniformadas à Ortografia do Acordo de Rio (que aqui uso), fazem-se da edição de Akal, Madrid, 1977, 2ª ed. O itálico é da minha responsabilidade.

*idiomático*" (no caso de Estados plurinacionais como o espanhol) (Cfr. "Partidos políticos e standardização do idioma na Galiza", in *Agália* (Corunha), núm. 7 (Outono 1986), p. 310; *vide pp.* 309-315).

### 0.1. *Lingua e política*

Acho que é desnecessário advertir do objecto político ou "ideológico" desta comunicação; refiro-me ao *object-matter* da mesma. Também parece desnecessário demonstrar que, até hoje, os projectos políticos de organização estatal implicaram, salvo excepções, a escolha de uma língua que serve de instrumento e símbolo da *nação* erigida em *estado*.

Na história de Ocidente (Europa) e, em particular, na *hespanhola* (2) são decisivas para a constituição do Estado e da *língua nacional* duas épocas, a que Castela alude repetidas vezes:

1ª. O *movimento humanista* (secs. XV-XVI). Nesse tempo "Castela rompeu, sem dar-se conta, a unificação hispana que se estava formando espontaneamente [...]; a vontade subjugadora de Castela fixo-se alma do Estado e às vezes é tão admirável que se contenta com o imperio do *nada* com tal de que o *nada* fale castelhano" (p. 281; *vide pp.* 267, 278). Nesse tempo nas Cortes poliam-se os idiomas "nacionais" sobre a pauta do latim e como afirmação frente a ele, procedimento que Castela considera imprescindível porque "não avonda que um povo fale a sua língua se os elementos mais cultos não a dignificam, cultivando-a literariamente e falando-a nos intres mais solenes" (p. 286).

Desenvolveu-se de modo desigual a Galiza dividida até ao ponto de que "a língua galega no século XVIII -em vida do Pe. Sarmiento- só nos servia para falar e cantar e, em troca, a portuguesa [*recebida da Galiza*] estava desenvolvida pela escrita e enriquecida pela importação de vozes alheias" (p. 348).

Durante esta época, simultaneamente, estava a constituir-se o Estado que emerge de uma nação dominante (*vide* livro III, caps. XXV e ss.).

2ª. A *revolução francesa*, que fornece o *modelo* de *estado* moderno ajustado à pretensão uniformizante de Castela. Explica Castela:

"Os espanhóis *de secano* não sabem mais que um caminho: Madrid-Paris e Paris-Madrid. Na França conspiraram sempre os exilados políticos, que nunca retornavam a Hespanha com soluções salvadoras; mas si cangados de retórica. [...] Da França importou-se a moda unitária e centralista, que tão mal nos acaia e que tão mal resultado nos deu" (p. 235).

---

(2) Castela diferencia entre *España* e *Hespanha* (*Hespaña* na sua grafia): "A oposição a Castela salva os ataques que pudermos dirigir-lhe a Hespanha, cujo nome tivemos que humedecer com uma letra de mais para fazê-lo respeitável aos nossos olhos, pois do seu governo só se nos ocorre dizer que é mais odioso por hipócrita do que por tirânico. Sacamos-lhe à palavra *España* tudo quanto tem de prosapia castelhana (avonda com engadir-lhe um *H* para derivá-la de *Hispania*) e com ela abrangemos a Península inteira, fazendo-a sinónima de *Iberia*" (p. 330).

### 0.1.1. "siempre la lengua fue compañera del imperio"

Como amostra de certa concepção que derivaria para o centralismo "castelhano" (3) tomaremos a *Gramática de la lengua castellana*, de A. de Nebrija (edição preparada por A. Quilis, Ed. Nacional, Madrid, 1980), e em particular o 'prologo-dedicatória'. Lebrixa tem clara consciencia de que, ao formalizar o castelhano, fornece à rainha de Castela um instrumento ajeitado para estender o "imperio" que no mesmo ano da publicação da *Gramática* estava a alargar-se poderosamente:

"Cuando bien conmigo pienso, mui esclarecida Reina, i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas que para nuestra recordación et memoria quedaron escriptas, una cosa hállo et saco por conclusión mui cierta: que *siempre la lengua fue compañera del imperio*, et de tal manera lo siguió, que junta mente començaron, crecieron et florecieron, et después junta fue la caída de entrambos" (p. 97).

Depois de lembrar o acontecido com as linguas hebreia, grega e latina e com os respectivos imperios (Comunidades Linguisticas modelicas para os homes do Renascimento que estavam a elaborar as emergentes "linguas nacionais"), passa a tratar da lingua castelhana. Esboçada a historia, estabelece:

"Ésta hasta nuestra edad anduvo suelta et fuera de regla, et a esta causa a recebido en pocos siglos muchas mudanças [...] por que mi pensamiento et gana siempre fue *engrandecer las cosas de nuestra nación*, et *dar a los ombres de mi lengua obras* en que mejor puedan emplear su ocio [...], acordé ante todas las otras cosas *reduzir en artificio* este nuestro lenguaje castellano, para que lo que agora et de aquí adelante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, et estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir, como vemos que se ha hecho en la lengua griega et latina, las cuales por aver estado debaxo de arte, aun que sobre ellas an passado muchos siglos, toda vía quedan en una uniformidad" (pp. 100-101).

Os objetivos que persegue, ao formalizar (= *reduzir en artificio*) o castelhano, são os seguintes:

- a. Fornecer um instrumento de "inmortalidad" aos "loables hechos" da rainha que escreverem "cronistas et estoriadores".
- b. Facilitar o aprendizado do latim "después que sintieren bien el arte del castellano".
- c. "... que después que vuestra Alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos bárbaros et naciones de peregrinas lenguas, et *con el vencimiento aquellos ternían necesidad de recibir las leies quel vencedor pone al vencido*, et con ellas nuestra lengua, entonces, por esta mi *Arte*, podrían venir en el conocimiento della, como agora nos otros deprendemos el de la gramática latina para deprender el latín. I cierto assí es que no sola mente los

---

(3) Penso que "Castela" e "Castelhano", enquanto home de Castela, remetem em *Sempre em Galiza* à nação organizada, mormente à Nobreza (mais adiante Notabilidade), polo menos quando se refere à Castela centralista e esnaquizadora da unidade hispana. Compare-se com a situação galega desde os Reis Catolicos (livro III, caps. XXVI-XXVIII).

enemigos de nuestra fe, que tienen la necesidad de saber el lenguaje castellano, mas los vizcainos, navarros, franceses, italianos, et todos los otros que tienen algún trato et conversación en España et necesidad de nuestra lengua, si no vienen desde niños a la deprender por uso, podrán la más aína saber por esta mi obra" (pp. 101-102; *os italicos são todos meus*).

A língua, portanto, é instrumento do "imperio" e precisamente na Corte, onde o poder se exerce, a língua se pole e dignifica, como assinala Duarte Nunes de Leão na passagem que se cita em *Sempre em Galiza* (p. 349):

"Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na copia como na elegancia dela vemos. O que se causou por em Portugal haver *reis e corte que é a oficina onde os vocabulos se forjam e pulem* e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza" (4).

#### 0.1.2. "*la connaissance et l'usage de la langue nationale important à la conservation de la liberté*"

O novo regime, baseado numa concepção centralizada de Estado-Nação, potenciou, desde a instauração mesma, "un Discurso de la Necesidad" que explica e justifica "la promoción expansiva de la *lengua nacional* como vehículo de la comunicación pública y de la cultura general moderna, amén de una *literatura nacional, no sólo*, pues, como lengua oficial legislativa y burocrática" (5), que serve para amostrar a fraternidade dos cidadãos na Nação. O *Rapport sur la nécessité et les moyens d'annéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française*, conhecido como *Rapport Grégoire*, indica que "a ignorancia da língua comprometeria a felicidade social ou destruiria a igualdade". E pouco mais abaixo estabelece:

"É nomeadamente face às nossas fronteiras que os dialectos, comuns com os povos dos limites opostos, instauram com os nossos inimigos relações perigosas, enquanto que, no territorio da Republica, as gírias constituem outras tantas barreiras que obstaculizam os movimentos do comercio e emagrecem as relações sociais. Pola influencia mutua dos costumes sobre a linguagem e da linguagem sobre os costumes, impedem a amalgama politica e de um só povo fazem trinta [...]. *Cumpr*e, portanto, que a unidade de lingua entre os filhos da mesma familia extinga os residuos dos preconceitos resultantes das antigas divisões provinciais e aperte os laços de amizade que devem unir os irmãos" (p. 304)<sup>6</sup>.

---

(4) Citado por Duarte Nunes de Leão, *Ortografia e Origem da língua portuguesa*, Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. Vide o meu trabalho "A situação de direito no estado espanhol: desigualdade entre as comunidades lingüísticas. Uma opinião desde a Galiza", in *O Ensino* (Braga, Ponte Vedra), num. 11-12-13 (1985), pp. 115-127.

(5) Cf. Lluís V. Aracil, "*Lengua nacional: ¿Una crisis sin crítica?*", in AA.VV., *Sociología de lenguas minorizadas*, tarttalo s.a., Donostia, 1986, p. 445; vide pp. 444-455.

(6) Cf. AA.VV., *La Révolution française et les patois*, Eds. Gallimard, Paris, 1975, vide pp. 300-317.

O *rapport* coroa-se com um Decreto cujo texto é o seguinte:

"O Comité de instrução publica apresentará um informe sobre os meios de *execução de uma nova gramatica e um vocabulario novo da lingua francesa*. Apresentará as opiniões sobre as mudanças que facilitem o seu estudo e dem à *lingua da liberdade* o caracter que lhe convem" (p. 317).

As características do novo estado venhem a ser a uniformidade e a centralização interiores e o estabelecimento de fronteiras bem definidas a respeito dos "inimigos"; acharemos que é este precisamente o conflito alevantado pola Comunidade Linguistica Galega (e a Basca e a Catalã) no estado espanhol e que, pola sua parte, Castelão tenta superar de modo muito diferente ao promovido nas esferas oficiais, antes e hoje:

"O problema das nações assoalhadas apresenta em *Hespanha* particularidades que não podem resolver-se doadamente, porque não caem dentro do marco hespanhol. As três nacionalidades -Catalunha, Euskadi e Galiza- estão tronçadas por fronteiras politicas, que dificultam a restauração da sua unidade, e só por um facto violento sobre a França e Portugal, ou por mudanças de lindeiros -que poden produzir-se no remate desta guerra- lograriam juntar-se os anacos deslocados das três nacionalidades" (p. 223).

Alem de para um hespanhol a Liberdade ter

"um sentido anterior e superior aos principios filosoficos da revolução francesa" (p. 328).

Seja como for, parece razoavel estabelecer que, se a lingua acompanhava o poder antes da Revolução francesa, é depois desta, na situação presente, que Comunidade Linguistica e Estado-Nação se identificam. Assim o denuncia Castelão a respeito de *España*: "O idioma é o que mais lhes preocupa, e isto prova que por riba do interesse de Hespanha ponhem sempre o interesse da nação castela, quer dizer, do feito hegemónico" (p. 298). Torna-se em pauta de conduta oficial aquilo do *Rapport Grégoire*:

"A unidade do idioma é uma parte integrante da revolução e, por isto mesmo, quantas mais dificuldades se me oponham, tanto mais se me provará a necessidade de opor os meios para as combater".

## 0.2. *Lingua e política na Galiza*

O discurso dominante no Estado e, portanto, a doutrina explicita dos órgãos oficiais a respeito da *entidade nacional* de *España* e subsidiariamente da Galiza só é una: existe com exclusividade a nação *española* identificada com o Estado; portanto, a Galiza não é nação, é singelamente região ou segmento da nação *española* (ainda que se lhe denomine "nacionalidade"). O "modelo linguistico" oficial corresponde-se com esta definição politica: una é exclusivamente a lingua nacional ou "oficial del Estado"; as outras linguas, alem de serem *españolas*, são regionais só.

Cabe ainda continuar a inferir. Una é exclusivamente a lingua que possui Gramatica e Vocabulario *per se* e, portanto, é *per se* analisavel ou teorizavel e

secundariamente investigavel do ponto de vista dialectologico; porem, as outras linguas, por serem regionais (ou cooficiais), devem antes de mais nada investigar-se dialectologicamente e, talvez, num momento ulterior, podam ser teorizadas. Correlativamente, só a literatura nacional *española* se estende às ramas de outras literaturas nacionais em castelhano; porem, as literaturas regionais, sobretudo a galega, tenhem de ficar encerradas nos limites administrativos da Comunidade Autonómica aos efeitos do estudo escolar (pelo menos), sem que seja possível (tal é a logica do discurso dominante) estudar nos Centros docentes a literatura produzida na Comunidade lusófona. Idêntico modo de fazer define os usos linguísticos na Administração, nos meios de comunicação social e, aos pouquinhos, acabará por impregnar ou contaminar a sociedade galega toda. Segundo diz Lluís V. Aracil:

"Dentro del orden establecido, las situaciones minoritarias [como a galega, a basca e a catala] son *marginales* por definición -y se supone que son peculiaridades locales insignificantes. Las comunidades minorizadas parecen ser *residuos* y *supervivencias* porque se las supone inviables. Los datos, sin embargo, sugieren que la clausura del futuro fue una conclusión *previa*- y que la inviabilidad fue el *resultado* de unas expectativas" (loc. cit., p. 447).

Parece logico esperar que Castelão dissinta radicalmente deste discurso e valorização da Comunidade Linguística Galega, entre outros motivos, porque, definindo-se democrata e procurando agir em consequência, exige uma atitude e comportamento democraticos a respeito dos individuos e dos grupos:

"Da mesma maneira que um individuo pode deixar uma nacionalidade por outra, as nacionalidades à sua vez tenhem direito de refugarem o sistema politico a que estão sujeitas, para integrarem-se na comunidade que preferiram. Não há duvida, pois, de que a teoria erudita [*alemã*] serve aos desígnios da autoridade, enquanto que a teoria electiva [*francesa*] serve, de facto e de direito, aos desígnios da democracia" (p. 444).

Vaiamos por partes.

## 1. Conceitos politicos fundamentais em *Sempre em Galiza*

Compendio o pensamento de Castelão em dous conceitos fundamentais que denomino *nacionalismo cultural* e *federalismo iberico*. Em qualquer caso, entendo que estes dous conceitos *politicos* explicam as restantes propostas da "utopia" realizavel sobre a Galiza que abaixo examinaremos.

### 1.1. *Nacionalismo cultural*

Uma passagem de *Sempre em Galiza* esclarece ajeitadamente o conceito ao tempo que o relaciona com o federalismo:

"Nós queremos abolir a hegemonia de Castela porque o *nosso nacionalismo é predominantemente cultural* e já dixemos que a unica solução que nos praz é a do *federalismo iberico*, porque assim o nosso espirito, agora oprimido, se confundiria com o português, na

missão conjunta de criar para o mundo atlântico uma nova civilização" (p. 334; o *italico* é meu. Vide pp. 291, 367).

### a. *Conceito de Nação*

Em diferentes passagens oferece uma definição de *nação*, sensivelmente a mesma, baseada na dada por Staline; nesses mesmos trechos explica os requisitos ou *atributos* que caracterizam a nação natural, nomeadamente cumpridos no facto nacional galego (ou galaico-português). Assim, no livro IV, cap. III (pp. 445-447):

1. "As nações [...] são agrupamentos de homes afincados num mesmo territorio e ligados entre si por um parentesco espiritual que os faz diferentes, dispoñhem de instituições políticas proprias ou vivem submetidos a um Poder alheio [...].

"[...] a nação deixa de ser uma entidade larvada quando cobra vida e potencia graças à ideia do Estado. Quer dizer, uma nacionalidade somente acada um desenvolvimento completo quando dispõe de organização política propria" (p. 445).

2. Os "atributos que caracterizam uma nação natural" cumprem-se no facto nacional galego:

- a) "Galiza tem uma lingua propria, criada no berce doutra anterior [...], que é filha do latim, irmã maior do castelhana e mãe do mal chamado português [...]. E se a lingua não fosse um distintivo nacional, porque não respeita fronteiras e vemos que uma mesma lingua pode servir de linguagem comum a diversas nações, justo será reconhecer que, polo menos, o idioma galego -hoje falado em varias partes do mundo- é natural de Galiza, porque ali nasceu, ali se criou e ali se fixou literariamente" (pp. 445-446).

- b) "Galiza tem um territorio proprio" (p. 446).

- c) "Galiza tem uma morfologia social e economica proprias" (ib.).

- d) "Galiza tem uma cultura propria, em tudo diferente da dos demais grupos hispanos, que se revela nas artes plasticas, na sabedoria popular, na musica e instrumentos, nas danças e cantigas, nos estilos da arquitectura civil e religiosa, no lirismo da poesia oral e escrita, no ritmo das expressões literarias e musicais, na filosofia dos refrans, no sentido saudoso do amor e no sentido trascendente da vida e da morte. E, se a cultura galega xurde de fundos primitivos e insubornaveis, como a de Bretanha na França e a de Escocia em Inglaterra, bem se adverte na alma de Galiza um refinamento europeu, que se denota em traços de tolerancia, de critica, de humor, de trasacordo e de cautela, qualidades que não sobressaem nos povos de fala castelã" (p. 446).

- e) "Galiza tem um caracter etnico proprio" (ib.).

### b) *Traço distintivo:*

Contudo, é o *facto cultural*, quer dizer, os habitos de comportamento definidores dos individuos enquanto membros de uma Comunidade, nomeadamente os linguisticos, a delimitarem o facto nacional. Numerosas passagens poderiamos aduzir; sirvam-nos estas:

1. a) "Sabemos [...] que de todos os vinculos sociais de uma nação, *a fala é o primordial e essencial*, porque aglutina e caracteriza os elementos do grupo e mantem a potencialidade do feito nacional. O apagamento de uma lingua corresponde à degeneração do povo que a

fala e à renúncia da sua nacionalidade, pois desprezar a língua materna é renunciar a sacratíssimos direitos, que só se declinam quando a dignidade está anestesiada" (p. 286).

b) "A política centralista maneja de tal maneira os vocabulismos *idioma* e *dialecto* -aplicando o primeiro somente à língua do Estado- que a gente ignorante chegou a crer que o galego provinha do castelhano; mas quando esta infortuna já não corria como válida então rebaixava-se a categoria do galego dizendo que era um dialecto do português. E semelhante ideia, saída de *España*, segue correndo entre estrangeiros de poucas letras. Bem sabem os centralistas que a dominação de Galiza jamais será efectiva mentres fale um idioma diferente do castelhano" (p. 287).

2. Por outro lado, é o idioma que justifica a comunidade nacional, às vezes apresentada de modo obscuro, entre Portugal (Minhoto, sobretudo) e a Galiza:

a) "[...] o nosso genio criador -na sua expressão mais popular, ou seja no idioma- marcava-lhes aos varões façanhosos de Galiza o caminho que deviam seguir, e este não era outro que o de juntar-se a Portugal em vez de ajudar a Castela" (p. 278).

b) "O galego é a forma mais antiga das línguas neolatinas de Hespanha e a primeira que alcançou um pleno desenvolvimento literario. Não é, pois, uma impudicia negar-lhe ao galego o caracter de idioma quando não se lhe regateia ao castelhano?

"O mesmo Pe. Feijoo demonstrou que a língua galega não é distinta da portuguesa, por serem pouquíssimas as vezes em que discrepam uma língua da outra; mas não há duvida de que o arredamento político fijo declinar o romance original em duas formas dialectais, que se prestam a falsas interpretações. Na verdade, o português é o ramo mais viçoso e fecundo; mas a língua que fala o povo galego é o mesmo tronco da arvore" (p. 288).

### c. Consequencias

Tiremos duas, também por palavras de Castela:

1ª. A primeira resume-se na necessidade de distinguir entre a cultura nacional propriamente dita e a "cultura" segregada pelo estado:

"O problema do idioma em Galiza é [...] um problema de dignidade e de liberdade; mas mais que nada é um problema de cultura. Estamos fartos dessa cultura esterilizada que nos fazemos mamar por biberão. Nós queremos mamar a cultura na propria teta" (p. 43).

2ª. O desenvolvimento livre da cultura nacional é garantia de vitalidade, mesmo para o conjunto dos povos que constituem hoje o Estado:

"Os castelhanos compreendem que na união pactada dos dous Estados peninsulares reside a possibilidade duma futura grandeza; mas temem a identificação cultural de Portugal e Galiza, porque nessa identificação reside o fim da hegemonia de Castela. E com o fim da hegemonia de Castela remataria o *perigo espanhol* que tanto temem os portugueses" (pp. 343-344).

"Queremos conviver com Portugal sem arredar-nos do Estado que Castela formou, sempre que dentro dele podamos viver com autonomia. A nossa intenção criadora -que só poderá cumprir-se quando Galiza se confunda em espirito e em verdade com Portugal- trai aparelhado um equilibrio hispano, absolutamente necessario para o estabelecimento duma paz permanente, pois Portugal e Galiza pesam tanto como a Hespanha castelhana, e não há

duvida de que, juntas, anulariam o centralismo, que, diga-se o que se quizer, é o causante das guerras civis, das discordias intestinas e dos separatismos" (p. 360; o itálico é meu).

## 1.2. *Federalismo iberico*

As ultimas citações introduzem-nos na definição deste segundo conceito fundamental castelano. Devém ocioso insistir nele; *Sempre em Galiza* é de facto uma exposição, por vezes lirica, da urgente necessidade de reverter o Estado, agora centralista, uniformador, mas na realidade plurinacional, numa federação de Estados até chegar à confederação iberica.

Antes de mais nada, Castelão diferencia entre estado e nação:

"A nós nao nos custa trabalho separar o conceito de *nação* do conceito de Estado, e para evitarmos o embrulho advogadoescos dizemos, de antemão, que somos unionistas e que não pretendemos organizar a nação galega em Estado independente. Mas, se admitiríamos que uma nacionalidade não ten direito à sua independencia politica [...], nós seguiríamos afirmando que um Estado jamais tem direito a esterilizar o genio das varias nações que o componhem, impondo as características de uma delas a todas as demais, para que deste jeito, a indivisivel Nação garanta uma indivisibilidade do Estado. Nós não discutimos o Estado como principio de união politica entre todos os hespanhois, e o ideal conciliador que sustentamos perturbará menos a vida futura de Hespanha que essa crença velha e pobre dos que ainda opinam que o Estado forçosamente deve ser uma Nação" (p. 295).

E, em particular, a respeito da Galiza assegura:

"Podemos dizer que em Galiza a Nação antecedeu ao Estado, enquanto que em Castela o Estado antecedeu à Nação" (p. 273).

### *a. Rotura e divisão da soberania*

Requisito primeiro para a organização federal da Hespanha é a rotura e divisão da soberania, solidamente referida hoje ao Povo *español* ou Estado-Nação *española*. Duas vias, sempre com base cultural, cumpre seguir. Antes de mais nada, reconhecer que a nacionalidade *española* é falsa e espuria; a segunda implica, propriamente, a divisão da soberania nacional segundo as Comunidades Linguisticas da Peninsula Iberica:

1. a) "O Estado que vem representando os hespanhois, como se fossemos uma colectividade homogenea e provista de consciencia comum, não tem nenhuma base que realmente se poda chamar *nacional* no conjunto do seu territorio, a não ser que se chame assim o vinculo procedente da subordinação de varias nacionalidades hispanas ao *imperium* castelhano, ou seja ao ser metafisico que originou esse Estado, quer dizer, à 'vontade de poder' que ainda hoje sobrevive na agonia de Castela" (pp. 407-408).

b) "*Soberania nacional*, si; mas onde há varias nações há varias soberanias. *Vontade nacional*, si; mas quando se trata de um conjunto de varias nacionalidades organizadas em Estado, a representação politica que se logra em eleições gerais, só será uma expressão da vontade dos homes, nunca das nações. Em semelhante caso a *vontade nacional* somente

pode residir numa Camara em que as varias nacionalidades estiverem representadas por igual" (p. 410).

2. a) "Com a divisão da soberania cada pais autonomo resolveria os seus problemas peculiares, tanto no terreno da politica como no da economia e no do direito, e assim os conflitos limitar-se-iam ao territorio em que se produzissem, e somente por solidariedade [...] alteraria a vida dos povos não afectados" (p. 162).

b) "Se a cultura é o melhor fruto da nação, será preciso reconhecer que *não há vida nacional unica onde existam diversas culturas*. Cumpre engadir que se um Estado, em varios seculos de politica assimilista, nao foi capaz de dissolver as diferenças culturais e linguisticas do seu territorio, não tem direito a ser considerado como uma nacionalidade. Tal o caso da Hespanha onde sobrevivem quatro culturas perfeitamente definidas: a castelhana, a galega, a catalã e a basca. Destas quatro somente a de Castela está servida e protegida polo Estado, em detrimento das outras três, que vivem milagrosamente, em oprobioso cativerio" (p. 442).

### b. Federação iberica

A unica saida honrosa é, portanto, a constituição de uma Republica federal (ou confederal). Castelão apresenta-a como fruto de uma atitude racional e moderna que procura a organização equilibrada das quatro nações assentadas na Peninsula:

1. "[...] praz-nos reconhecer a penosa, baril e energica tarefa que realizou Castela em prol da unidade hespanhola; mas já há muito tempo que a sua matriz não dá mais de si e é justo pedir que um *imperium* em estado de menopausia -rainha caduca da nossa colmeia- renuncie à sua absorvente soberania, permitindo a transformação de Hespanha como Estado-poder em Estado plurinacional, que é o que reclamamos para o nosso engrandecimento e o da comunidade hespanhola" (p. 408).
2. Não "aceitaríamos que a par de Catalunha, Euskadi e Galiza pudesse erguer-se uma Castela multiplicada, repetida nas varias regiões de fala castelhana, porque esta inharma falsearia grosseiramente as garantias federais. Nós só aceitamos o federalismo autentico, ajeitado às autenticas realidades do pais em que se instaure. E tratando-se de Hespanha não se concebe mais que a federação de Castela, Catalunha, Euskadi e Galiza" (p. 318).
3. "Nenhuma outra nacionalidade hespanhola -nem Catalunha, nem Euskadi- oferecem um porvir tão extenso como Galiza, quando pensamos que a nossa lingua serve para comunicar-nos com mais de sessenta milhões de almas e quando, *unidos em espirito e em verdade a Portugal*, podemos instaurar uma formula irrecusavel de imperio, tudo luz e tudo humanidade. A Hespanha oferecemos-lhe a nossa cidadania e todas as possibilidades do nosso progresso material, junto com a lediça do nosso bem-estar e o serviço que a sua grandeza reclame de nós, porque Hespanha será o Estado; mas a Portugal oferecemos-lhe o nosso genio criador e todas as possibilidades da nossa renascença espiritual, junto com a lediça da nossa liberdade e os esforços que a sua autonomia moral reclame de nós, *porque Portugal será a Nação*" (p. 365; o itálico é meu).

### c. Consequencias

Tiramos tambem duas:

1ª. A federação iberica é garantia de liberdade e soberania nacional, sobretudo a respeito da Galiza e Portugal:

"E nós cremos que o role mais transcendente que os republicanos hespanhois deviam atribuir-lhe à Galiza, como membro autonomo do Estado e como orgão essencial da hispanidade, era o de fomentar a compenetração do povo galego com o povo português, sufocando, com o fortalecimento moral da nação portuguesa, as prevenções que ali se mantem polo temor de uma absorção e devido à sua debilidade. Abolido em ambos os Estados o regime monarquico já não cabia nenhuma formula hipocrita de acomodo [...].

"[...] nós estamos em discordia com os *españois* que sonham com invadir ou absorver Portugal; mas refugamos igualmente a fachendosa indiferença de *España* ante o arredismo português" (p. 364).

"Catalunha, Euskadi e Galiza defendem os *feitos diferenciais* de Hespanha, quer dizer, as liberdades anteriores a todo despotismo, mas Castela e os seus povos satelites, defendem o *feito hegemónico*, que é a matriz de toda tirania e, alem disto, do *totalitarismo*, que agora impera ali" (p. 199).

2ª. A federação iberica é tambem garantia de unidade na Hespanha. Fica explicito em varios dos textos reproduzidos acima. Mas o seguinte, por redução ao absurdo, torna-se altamente expressivo:

"Por não afincar-se a unidade iberica no reconhecimento das nacionalidades hespanholas e na união livremente consentida de todas elas, pudo chegar-se à separação de Portugal e pode chegar-se, com efeito, a uma 'Espana rota', que dure seculos. O processo de descomposição será inevitavel para abolir o actual artificio do Estado e para reconstruir, depois, a unidade federativa que reclama imperiosamente a complexa realidade da nossa Peninsula. Não seria melhor constituir, na paz de um acordo parlamentar, uma federação natural das nacionalidades hispanas, para reforçar e não romper os vinculos familiares?" (p. 88).

## 2. Correlações entre o projecto politico, o 'modelo linguistico' e a formalização idiomática na utopia castelániana

Pode dizer-se que a nossa tese ficou já provada depois dos abundantes testemunhos achados até o momento, polo menos no atinente à correlação entre o *projecto politico* e o "*modelo linguistico*". A Republica federal a que ele aspirava será com certeza quadriestadual e cada Estado coincidirá com uma Nação e viceversa; os Estados-Nação serão unilingues, ainda que por vezes Castelão pareça admitir o castelhanico como lingua de intercomunicação entre eles.

Por outro lado, parece tambem logico que cada Estado possua uma só formalização do correlativo idioma oficial ou lingua nacional; dai que, pola mesma logica, Castelão preveja a confluencia do galego no português que, não se esqueça, é o galego já elevado ao rango de lingua nacional e internacional.

## 2.1. *Projecto político e 'modelo linguístico'*

Começamos a nossa comprovação recordando a proporção que Castelão estabelece entre língua falada e soberania popular, por um lado, e, por outro, entre gramática e constituição:

"Desde que se implantou em Hespanha o sistema unitario de tipo francês não houve Lei fundamental que não provocasse discordias. As Constituições -tanto as que partiam do direito divino como as baseadas na soberania popular- eram, como se dicessemos, gramáticas de uma língua que não se falou nunca, e por isso nenhuma delas se cumpriu com rigor" (p. 158).

Tome-se simplesmente como indicio da estreita ligação que no pensamento castelano tem a língua, enquanto manifestação da identidade nacional, e a necessidade de organizar o poder estatal sobre a soberania nacional realmente existente, definida de facto pela língua.

### *a. Galiza e Portugal*

São muitos os trechos e bastantes os capítulos de *Sempre em Galiza* que Castelão dedica a analisar e justificar a união cultural e, portanto, política de Portugal e Galiza no seio da Federação Iberica. Entre esses muitos reproduzo os seguintes:

1. "Cumprer buscar na variedade incontrovertível da Península uma harmonia dos caracteres diferentes, expressão do ideal comum, indivisível e próprio de todos os povos hispanos. Busquemos, pois, o sentido moral e superior da unidade hispana, capaz de ser politicamente tão poderoso como foi a ideia católica no período da Reconquista. Mas a paz e saúde de Hespanha só virá com a integração de cada indivíduo à sua própria terra e com o respeito à variedade dos caracteres nacionais. Cumprer dizer que os galegos não provocaremos lutas destrutoras, de que estamos bem aborrecidos; mas, si, provocaremos a realização do hispanismo patrimonial dos dois Estados da Península e das várias nações que integram Hespanha. Somos ardidos defensores da união ou aliança iberica, porque *no fundo insubornável da nossa alma bule o anseio de chegar-nos a Portugal e de confundir-nos com ele*" (p. 334).
2. "Portugal, 'não movido de prêmio vil', realizou a ilusão cósmica de Galiza, criada no cabo Fisterra, onde a alma viajadora do mundo antigo se assomava ao Misterio. *As façanhas foram portuguesas; a ilusão que as guiou era galega*" (p. 336).
3. "Imos supor que houve duas Galizas -a que se foi e a que ficou, a que se juntou com Castela e a que engendrou Portugal-; mas é indubitável que ambas as duas tinham um mesmo mecanismo sonoro, um mesmo jeito tonal e rítmico, uma mesma língua, uma mesma arte e uma mesma cultura; enfim, uma mesma *alma patria*; e, portanto, a divisão de Galiza em dois Condados, que depois se converteram em Reinos diferentes, não autoriza a distinguir duas modalidades criacionistas, segundo estas se produzissem numa ou noutra

beira do rio Minho, pois a nação galega chegava até o Douro, e tudo quanto se viu chamando *galaico-português* é realmente e unicamente *galego*" (p. 346).

4. "*O desenvolvimento da cultura galega, identificada, em essencia, com as criações portuguesas*, ergueria no ocidente da Península um bloco cultural poderoso, capaz de enfrentar-se com o de Castela, não para substituí-lo na hegemonia política do Estado comum, senão para volatilizar a fachenda madrilenha e harmonizar as varias vezes peninsulares num acorde magnífico [...] O ingresso da cultura galega no mundo português fortaleceria de tal jeito a *alma patria* de Portugal que, dentro da Península, imporia respeito às nacionalidades irmãs, de modo que já nada teria que temer da banda de Hespanha, pois a restauração do feito cultural e diferencial galaico-português haveria de trocar-se, por fatal simpatia, numa reserva de vontades, com peso avondo para esvair qualquer perigo, assim de invasão como de absorção" (pp. 361-362).

#### *b. Rejeito do bilinguismo*

Castelão é sumamente crítico com a atitude oficial fomentadora do bilinguismo. "Sabia -escreve Francisco Rodríguez- que a decisión firme nun conflito lingüístico era condición necesaria para a normalización dunha língua dominada (7). Castelao admite uma situação social "bilingue" só e enquanto transitoria:

1. "Um povo submetido à luta de dous idiomas acaba por não saber expressar o que sente. Quando a um povo, que canta e fala numa língua criada polo seu proprio genio, se lhe impõe a obriga de adoptar um idioma estranho à sua personalidade afectiva, produz-se um esmorecimento da linguagem, que começa pola inibição e remata pola impotencia. Estes trastornos que causa o bilinguismo começaram a estudar-se cientificamente em Conferencias e Congressos internacionais. Assim, podemos afirmar -baseando-nos em estudos já realizados- que a luta ou convivencia de dous idiomas irmãos ` pode ser, como na ordem biologica, factor de uma meirande perturbação'. Fica, pois, explicado esse misterioso silencio que Galiza -como Catalunha- gardou durante três seculos. "Cumpre deixar bem esclarecido que o verdadeiro povo de Galiza, o que vivia acarão da terra e do trabalho, não sofreu os trastornos do bilinguismo porque não deixou de falar a sua fala e com ela seguiu expressando as tristuras e lediças do seu mundo. As vitimas do bilinguismo -os que calaram e emudeceram para produzir um silencio literario de três seculos- foram as camadas intelectuais, que não estimavam as palavras vivas do seu falar e admiravam as palavras mortas do seu escrever" (p. 104).
2. "Galiza, como grupo etnico, tem direito a dignificar a lingua que o seu proprio genio criou, porque é uma lingua capaz de ser veiculo da cultura universal, porque lhe serve para comunicar-se com os povos de fala portuguesa, porque não tem outra melhor para

---

(7) Cf. "Castelao: símbolo e guieiro do nacionalismo", in AA.VV., *Castelao. Contra a manipulación*, Ed. Xistral, Compostela, 1984, p. 125, vide pp. 123-126; tamem P. Garcia Negro, "Castelao e o noso idioma. Um fragmento de *Sempre em Galiza*", in AA.VV., *Comentário de textos literarios*, Alhena Eds., Madrid, 1986, pp. 423-452; L. Cambeiro Cives, "Teoria da lingua galega en Castelao", in *Grial* (Vigo), num. 62 (Outubro-Dezembro 1978), pp. 485-488.

expressar os seus sentimentos e porque perdendo-a já não lhe quedaria nenhuma razão de existir. Se Galiza não reclamasse a oficialidade do seu idioma e o direito a usá-lo como língua veicular do ensino, poderia presumir de capacitação política para reger a sua vida? Porque a consciencia da propria personalidade e os anseios de salvar a imponderavel riqueza do seu espirito são a garantia moral que Galiza oferece para merecer a liberdade.

"O centralismo monarquico poderia persistir na teima de corromper e assimilar a alma dos povos da periferia, valendo-se de escolas dissociadas do ambiente e dissociadoras da vontade colectiva; mas esta nossa Republica, que retrasa quanto pode a liberdade politica dos idiomas regionais, não tem direito a retrasar a solução do problema pedagogico planteado nos povos bilingues de Hespanha, porque é um problema que afecta ao mesmo castelhano" (p. 108).

## 2.2. *Formalização idiomática*

Castelão, como podia suspeitar-se, não propoe uma determinada formalização grafica para o galego. Contudo, segundo antes diziamos, parece exigir-se do proprio pacto federal, que implica a união politica e mormente a cultural entre Portugal e a Galiza, uma unificação da lingua escrita oficializada.

Não obstante, reiteram-se de modo expresso ao longo de *Sempre em Galiza* propostas genericas de confluencia grafica (e fonica?) do galego para o luso-brasileiro. Imos recolher as mais representativas:

1. "O galego é um idioma extenso e util, porque -com pequenas variantes- se fala no Brasil, em Portugal e nas colonias portuguesas" (pp. 41-42).
2. "afortunadamente a nossa lingua está viva e floresce em Portugal, falam-na e *cultivam-na* mais de sessenta milhões de seres" (p. 241).
3. "Qualquer dia afunde-se a engenharia politica e os portugueses e galegos volvemos a falar e cantar no mesmo idioma" (p. 335).
4. "dentro de Portugal quedou-nos a metade da nossa terra, do nosso espirito, da nossa lingua, da nossa cultura, da nossa vida, do nosso ser nacional. [...] Queremos viver unidos como vivemos nos seculos que seguimom à primeira e verdadeira independencia de Portugal" (p. 343).
5. "Há hoje em todo Portugal um ar, um acento, uma pronunção, que já nos diferencia de avondo; mas ainda que os ouvidos galegos estranhem as vozes portuguesas não por isso deixam de ser vozes nossas, vozes galegas" (p. 347).
6. "o *saudosismo* [...] é um estado morboso do Portugal de Camões e da Galiza de Rosalia, criado pola *soedade* em que vivemos os galegos e portugueses, e que terá curação o dia que se borre a fronteira que riscou Afonso VI: o dia que os galegos e os portugueses volvamos a juntar-nos para falar e cantar num mesmo idioma" (pp. 352-353).
7. "Galiza só pode ver na união de Hespanha e Portugal o jeito de franquear a fronteira minhota aos efeitos da lingua e da cultura" (p. 360).
8. "o idioma galego -hoje falado em varias partes do mundo-" (pp. 445-446).

9. "[...] Brasil, onde os seus habitantes falam um idioma nascido e criado na Galiza, ainda que todos se empenhem em chamar-lhe português. Não há duvida de que a língua, como *veículo de cultura* ou como *elemento de invasão política*, tem mais importancia que nenhum outro atributo da nacionalidade, polo que convem ponderar o valimento dos idiomas" (p. 447).
10. "[...] Castela, com o seu afã absorvente, só logrou unificar a extensa brecha produzida pola dominação arabe, tronçando a comunidade linguistica dos tempos visigoticos e deixando a Península dividida em quatro familias diferentes: a *galaico-portuguesa*, a catalã e a basca." (p. 449).
11. "Não cuidamos que a lirica dos trovadores entrasse directamente em Portugal, senao que de Galiza passou ao reino vizinho com todos os demais elementos de nacionalidade portuguesa" (p. 450).
12. T. Braga terminantemente declara "que as linguas galega e portuguesa não só são identicas na sua essencia, senão que as formas arcaicas e populares usadas polos mesmos escritores da epoca classica, devem qualificar-se de verdadeiros galeguismos, que resistiram o influxo cultural erudito e ainda vivem nos beijos da gente do Minho e da Beira.  
"Por denunciar com testemunhos alheios a politica que pesa sobre o nosso pais, vemo-nos privados de repetir agora os discursos incontrovertiveis do Pe. Sarmiento e do Pe. Feijoo em demonstração de que o português não é outra cousa que o galego, pois de Galiza passou a Portugal, como mais tarde se confirma no ditame de dom Marcelino. Esta questão fica resolvida com só transcrever aquela sovada frase de T. Braga: `Portugal nasceu de um retalho saído da Galiza'" (p. 450).
13. "O galego, nascido, criado e florescia em Galiza, foi lingua literaria nos reinos vizinhos, igual que o provençal em Catalunha, *impondo-se para sempre em Portugal, de onde saiu polo mundo*. Em fim; o galego não somente é filho do latim, senão primogenito e, segundo Menéndez y Pelayo, `o primeiro instrumento da lirica peninsular'; mas, sobretudo, *é falado por mais de sessenta milões de almas e tem direito ao respeito das gentes cultas*" (p. 453).
14. "[...] se bem o *galego literario* decaiu na região integrante de *España*, manteve-se em todo auge como *lingua culta* de Portugal, cujo berce originario foi Galiza compreendida entre o Minho e o Douro" (p. 454).
15. "[...] Oliveira Martins reforça o ditame de Menéndez y Pelayo ao reconhecer que as duas *linguas políticas* da Península são: o *galego para Portugal* e o castelhano para *España*" (p. 454).
16. "os espanholeiros, tanto de direita como de esquerda, afinam a hispanidade no distintivo idiomatico, negando a *procedencia hispana do Brasil*, polo feito de não falar a lingua de Castela. Para eles o Brasil é tão estranho como Norteamérica. Dir-se-ia por isto que acatam a diferença de linguas como diferença de nações; mas dentro de *España* imponhem o dogma da `nación única e indivisible' ainda que vejam que ali se falam

quatro idiomas diferentes. E podendo reivindicar para si a gloria que à Galiza lhe cabe por ser a *mãe de uma lingua de rango superior*, não só tratam de regalar-lhe a Portugal essa gloria, senão que, ao cabo de tantos seculos de inutil assimilismo, ainda mantenhem a esperança de borrarem o ronsel do nosso genio linguistico e cultural para não dar-lhe nem patria sepultura" (p. 455).

## Bibliografia consultada

1. *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Ourense, Setembro de 1984), A.G.A.L., Corunha, 1986.
2. *Agália* (Corunha), Revista da Associação Galega da Língua, A.G.A.L., Corunha.
3. J. Aguiar: *A ilusão do poder. Análise do sistema partidário português (1976-1982)*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983, pp. 13-147.
4. *Anthropos* (Barcelona), Revista de Documentación científica de la cultura, autor/tema monográfico *Castelao*, num. 65 (1986), pp. 2-60.
5. Ll. V. Aracil: "Lengua nacional: ¿una crisis sin crítica?", in AA.VV. (J.I. Ruiz Olabuénaga-J.A. Ozamiz, Coordinadores), *Sociología de lenguas minorizadas*, trarttalo, Donostia, 1986, pp. 443-458.
6. -----: *Papers de sociolingüística*, Eds. de La Magrana, Barcelona, 1982, passim.
7. -----: *Dir la realitat*, Eds. Països Catalans, Barcelona, 1983, passim.
8. M<sup>a</sup> D. Arribe Dopico et alii: "Que galego na escola? Anotaçons para umha proposta de planificaçom lingüística na Galiza. Tese reintegracionista", in AA.VV., *Que galego na escola?*, Ponencias dos I Encontros Labaca (Corunha, Junho de 1983), Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1984, pp. 43-175.
9. M<sup>a</sup> Artola: "El sistema político de la Restauración", in M. Tuñón de Lara et alii, *La España de la Restauración. Política, economía, legislación y cultura*, I Coloquio de Segovia sobre Historia Contemporánea de España, Siglo XXI de España Edtres., Madrid, 1985, pp. 11-20.
10. AA.VV.: (introdução a selecção de textos por A. Passano), *Sociología del poder*, Centro editor de América Latina, Buenos Aires, 1978.
11. AA.VV.: *Comparative Government. A Reader*, The Macmillan Press, London, 1968 (tradução espanhola em Alianza Ed., Madrid, 1981), passim.
12. E. Balibar-P. Macherey: "Présentation", in R. Balibar et alii, *Les français fictifs. Le rapport des styles littéraires au français national*, Librairie Hachette, Littérature, Paris, 1974, pp. 7-49.
13. X.M. Beiras: *O atraso económico de Galicia*, Ed. Galaxia, Vigo, 1981, 2<sup>a</sup> ed., em especial pp. 159-209.
14. X.B. Beiras: *Constitución españolas e nacionalismo galego: unha visión socialista*, Col. Ensaio, Alexandre Bóveda, Corunha, 1985.
15. A. de Blas Guerrero-J.J. Laborda Martín: "La construcción del Estado en España", in F. Hernández-F. Mercadé (Edtres), *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ed. Ariel, Barcelona, 1986, pp. 461-487.

16. P.M. Blau: *Bureaucracy in Modern Society*, Random House, New York (tradução espanhola em Ed. Paidós, Buenos Aires, 1974, 3ª ed. sobre a 2ª Ed. inglesa).
17. F. Bobillo: *Nacionalismo gallego. La ideología de Vicente Risco*, Akal/Universitaria, Madrid, 1981, pp. 19-81.
18. K. Bochmann: "Problemi della 'normalizzazione' della lingua galega" in AA.VV. (Manlio Cortelazzo Ed.), *Guida di dialetti veneti*, VI, Cooperativa Libreria Editrice, Università di Padova, 1984, pp. 223-233.
19. G. Burdeau: *Droit constitutionnel et institutions politiques*, Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, Paris, 1977, 17ª ed. (tradução espanhola em Editora Nacional, Madrid, 1981, primeira parte "O Estado e o seu Governo").
20. L.-J. Calvet: *Linguistique et colonialisme. Petit traité de glottophagie*, Payot, Paris, 1974, passim.
21. L. Cambeiro Cives: "Teoria da língua galega en Castelao", in *Grial* (Vigo), num. 62 (Outubro-Dezembro 1978), pp. 485-488.
22. M. Cancio: *El laberinto de las autonomías y las castas periféricas dominantes. Una introducción a la sociología electoral de Galicia*, Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1982, pp. 13-86.
23. R. Carvalho Calero: "Castelao e a súa lingua", in *Boletín de la R.A.G.* (Corunha), num. 357 (Janeiro 1975), pp. 151-157.
24. -----: *Historia da literatura galega contemporánea*, Ed. Galaxia, Vigo, 1975, 2ª ed., pp. 647-663.
25. -----: *Problemas da lingua galega*, Sá da Costa Ed., Col. Noroeste, Lisboa, 1981, passim.
26. X. Castro: *O galeguismo na encrucillada republicana*, vols. I e II, Publicações da Deputação de Ourense, 1985, passim.
27. R.H.S. Crossman: *Government and the Governed (A History of Political Ideas and Political Practice)*, Christophers, London, 1939 (tradução espanhola em F.C.E., México, 1982, 3ª reimpr. da 3ª ed. esp. sobre a 5ª ed. inglesa).
28. C.F. da Cunha: *Uma política do idioma*, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
29. X.Mª Dobarro Paz-Mª P. Garcia Negro: *33 aproximacións á literatura e á lingua galegas*, Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1984, pp. 102-127.
30. R.E. Dowse-J.A. Hughes: *Political Sociology*, John Wiley & Sons, Ltd., 1972 (tradução castelhana em Alianza Ed., Madrid, 1982, 4ª ed. passim).
31. S. Elia: "O galego-português matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro", in *Actas* (vide 1.), pp. 185-196.
32. A. Elorza: "Los nacionalismos en el Estado español contemporáneo: las ideologías", in *Estudios de historia social* (Madrid), nums. 28-29 (Janeiro-Junho 1984), pp. 149-168.
33. -----: "Ideología nacionalista y antiguo régimen: elementos para una comparación", in AA.VV., *Industrialización y nacionalismo* (Actas del I Coloquio Vasco-Catalán de Historia, celebrado em Sitges, 20-22 de diciembre de 1982), Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Barcelona (Bellaterra), 1985, pp. 401-413.

34. *O Ensino* (Braga. Ponte Vedra), Revista galaico-portuguesa de socio-pedagogia e socio-linguística.
35. C. Esteva Fabregat: *Cultura, sociedade y personalidad*, Anthropos. Editorial del Hombre, Barcelona, 1978, passim.
36. -----: *Estado, etnicidad y biculturalismo*, Eds. Península, 1984, passim.
37. X. Estevez-M. Goñi: "Un pacto pre-Galeuzca no ano 1923", in *Estudios de historia social* (Madrid), num. 28-29 (Janeiro-Junho 1984), pp. 439-446.
38. J.B. Feijoo: "Corolario" a "Paralelo de las lenguas castellana y francesa", in *Teatro crítico universal*, Vol. I, Espasa-Calpe, Madrid, 1968, pp. 229-231 e 211-228.
39. V. Fernández: "A mensaxe política de Castelao", in *Boletín de la R.A.G.* (Corunha), num. 357 (Janeiro 1975), pp. 36-38.
40. S. Fernández Ramírez: *Lengua literaria y norma lingüística*, Discurso leído el día 29 de Mayo de 1960 en su recepción pública... y contestación del Excmo. Sr. Don José María Pemán y Pemartín, Real Academia Española, Madrid, 1960.
41. P. Fernández Velho: "Língua e sociedade. Língua e cultura. Língua e naçom. O caso galego", in *Actas* (vide 1.), pp. 31-44.
42. -----, L. Domínguez Castro: "Análise semiótica comparada da ideoloxía nacionalista: Prat de la Riba e Murguía", in *Estudios de historia social* (Madrid), num. 28-29 (Janeiro-Junho 1984), pp. 181-195.
43. J.L. Fontenla Rodríguez: "Presente e futuro do galego: análise sócio-jurídica do Decreto de normatización e das Leis de normalización autonómica", in *Actas* (vide 1.), pp. 65-79.
44. X.L. Garcia: *As nacionalidades colonizadas da Europa Occidental*, Follas Novas Eds., Compostela, 1980.
45. M<sup>a</sup> P. Garcia Negro: "Castelao e o noso idioma: um fragmento de *Sempre em Galiza*" in AA.VV. (A. Gil Hernández, coordenador), *Comentário de textos literários*, Alhena Eds., Madrid, 1986, pp. 423-452.
46. A. Gil Hernández: "Normatización na Galiza: regras de ortografía para a desnormalización dos usos do galego", in AA.VV., *Linguística e sócio-linguística galaico-portuguesa*, Vol. I, Temas de *O Ensino* num. 4/5, Braga-Ponte Vedra, 1985, pp. 139-156.
47. -----: "Epílogo para galegos, portugueses, brasileiros e africanos de expressom portuguesa. Dimensoes no processo normalizador de uma comunidade lingüística: Galiza", in AA.VV., *Linguística, sociolingüística e literatura galaico-luso-brasileiro-africana de expressao portuguesa*, Vol. II, Temas de *O Ensino*, num. 6/10, Braga-Ponte Vedra, 1986, pp. 247-283.
48. -----: "Aproximación à análise do(s) discurso(s) sobre a língua em textos da 'filologia oficial' na Galiza (Traços fascistóides no discurso e prática (dos) isolacionistas sobre o galego)", in *Actas* (vide 1.), pp. 81-126.
49. -----: "Humildade e cortesia intelectual. Resposta aberta a X.F.R.", in *Agália* (vide 2.), num. 6 (Verao 1986), pp. 127-160.
50. -----: "Partidos políticos e standardização do idioma na Galiza", in *Agália* (vide 2.), num. 7 (Outono 1986), pp. 309-323.

51. S. Giner: "Nacionalismo étnico: centro y periferia en España", in F. Hernández-F. Mercadé (edtes), *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ed. Ariel, Barcelona, 1986, pp. 436-460.
52. E. Gomariz: "La reproducción del pasado", in M. Tuñón de Lara et alii, *Ideología y sociedad en la España contemporánea. Por un análisis del franquismo*, Ed. Cuadernos para el diálogo, Madrid, 1977, pp. 301-308.
53. J. González Beramendi: *Vicente Risco no nacionalismo galego*, Vol. I, *Das orixes á afirmación plena*; Vol. II, *Escisión-Unidade-Escisión*, Eds. do Cerne, Compostela, 1981, passim.
54. -----: "Bibliografía (1939-1983) sobre nacionalismos y cuestión nacional en la España contemporánea", in *Estudios de historia social* (Madrid), num. 28-29 (Janeiro-Junho 1984), pp. 491-515, em especial pp. 492, 501-505, 510-514.
55. A.W. Gouldner: *For Sociology Renewal and Critique in Sociology Today*, Allen Lane The Penguin Press Ltd., Harmondsworth, Middlesex, 1973 (tradução espanhola em Alianza Ed., Madrid, 1979).
56. S.A. Greer: *Social Organization*, Random House, New York (tradução espanhola em Ed. Paidós, Buenos Aires, 1966).
57. Abbé Grégoire: "Rapport sur la nécessité et les moyens d'annéantir les patois et d'universaliser l'usage de la langue française", in AA.VV., *La Révolution et les patois*, Eds. Gallimard, Paris, 1975, pp. 300-317.
58. A. Gurruchaga: *El código nacionalista vasco durante el franquismo*, Anthropos. Editorial del hombre, Barcelona, 1985, passim.
59. E. Gutiérrez: "Para ler *Sempre en Galiza*", in AA.VV., *Castelao. Contra a manipulación*, Eds. Xistral, Compostela, 1984, pp. 85-105.
60. -----: *Introducción ao "Sempre en Galiza"*, Documentos para a historia contemporánea de Galiza, Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1986.
61. F. Helgorsky: "La notion de norme en linguistique", in *Le Français Moderne* (Paris), tomo L.1. (Janeiro 1982), pp. 1-14.
62. -----: "Norme et histoire", *Ibidem*, pp. 15-41.
63. A.R. de las Heras: "Precisiones sobre el concepto de crisis", in M. Tuñón de Lara et alii, *Ideología y sociedad en la España contemporánea. Por un análisis del franquismo*, Ed. Cuadernos para el diálogo, Madrid, 1977, pp. 251-300.
64. R.A. Hudson: *Sociolinguistics*, Cambridge University Press, 1980 (tradução castelhana em Ed. Anagrama, Barcelona, 1981).
65. A. Jutglar: *La España que no pudo ser*, Anthropos. Editorial del hombre, Barcelona, 1983 (1ª ed. em 1971).
66. J.M. Klippenberg: "Le niveaux de langue et le filtre du 'bon usage': du discours normatif au discours sociolinguistique", in *Le Français Moderne* (Paris), tomo L.1 (Janeiro 1982), pp. 52-61.
67. R. Lafont: *Sur la France*, Eds. Gallimard, Paris, 1968 (tradução catalã, em Edicions 62, Barcelona, 1969, passim).
68. A. López García: *El rumor de los desarraigados. Conflicto de lenguas en la península ibérica*, Ed. Anagrama, Barcelona, 1985.
69. R. López Suevos: *Dialéctica do desenvolvemento: naçom, língua, classes sociais*, A.G.A.L., Corunha, 1983.

70. -----: "A indigência da cultura espanhola perante a diversidade lingüística peninsular. O caso paradigmático de Miguel de Unamuno", in *Actas* (vide 1.), pp. 45-52.
71. -----, F. Rodríguez: *Problemática nacional e colonialismo. O caso galego*, Eds. Xistral, Compostela, 1978.
72. J.B. Machado: *Introdução ao Direito e ao Discurso legitimador*, Livraria Almedina, Coimbra, 1983.
73. S. de Madariaga: *España. Ensayo de historia contemporánea*, Espasa-Calpe, Madrid, 1979, pp. 188-206 (a primeira edição é de 1931).
74. R. Máiz: *O rexionalismo galego: organización e ideoloxía (1886-1907)*, Publicações do Seminario de Estudos Galegos, Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1984, em especial pp. 19-40.
75. -----: "El nacionalismo gallego: apuntes para la historia de una hegemonía imposible", in F. Hernández-F. Mercadé (Edtres.), *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ed. Ariel, Barcelona, 1986, pp. 186-243.
76. S. Martínez-Risco Macías: "O ideario social na obra de Castelao", in *Boletín de la R.A.G.*, num. 357 (Janeiro 1975), pp. 158-167.
77. -----: *Conferencias encol de Castelao (Nas Xornadas Patrióticas Galegas de 1975 en Buenos Aires)*, Eds. Galicia, Buenos Aires, 1977.
78. F. Mercadé: "España como problema. Reflexiones sobre identidad", in F. Hernández-F. Mercadé (edtres), *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ed. Ariel, Barcelona, 1986, pp. 28-68.
79. X.Mª Monterroso Devesa: *Galegos e galeguismo*, Escola Aberta, Ponte Vedra, 1979, pp. 93-100.
80. -----: *De Castelao a Bóveda (1886-1936-1986)*. Revista *Monográfica de Cultura*, num. 2, A.C. O Facho, Corunha, 1986.
81. P.L. Murillo de la Cueva: "El Estado de las Autonomías", in F. Hernández-F. Mercadé (edtres.), *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ed. Ariel, Barcelona, 1986, pp. 488-503.
82. A. de Nebrija: *Gramática de la lengua castellana*, Edición preparada por A. Quilis, Ed. Nacional, Madrid, 1981.
83. *A Nosa Terra. Castelao, 30 anos despois*, Reprodução fac-similar so numero especial (ano XXXII, num. 474, Dia de Galiza de 1950, Buenos Aires), Promocións Culturais Galegas, Vigo, 1983.
84. *A Nosa Terra. Castelao e Bóveda, irmáns!!*, Extra 5-6, Promocións Culturais Galegas, Vigo, 1986, passim.
85. D. Nunes de Leão: *Ortografía e Oríem da Língua Portuguesa*, Introdução, notas e leitura de Mª L. Carvalhão Buescu, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
86. A. Paoli: *La lingüística en Gramsci. Teoría de la comunicación política*, Premiá Ed., Tlahuapan, Puebla, México, 1984.
87. V. Paz-Andrade: *Castelao na luz e na sombra*, Documentos para a historia contemporánea de Galiza, Eds. do Castro, Sada-Corunha, 1982, passim.

88. A.-C. Pereira Menaut: "O problema dos nacionalismos e rexionalismos na España actual: unha visión persoal", in *Grial* (Vigo), num. 77 (Julho-Setembro 1982), pp. 325-332.
89. J. Pérez Vilaríño-J.L. Sequeiros: "Determinantes sociales de la identidad nacional de Galicia", in F. Hernández-F. Mercadé (edtes.), *Estructuras sociales y cuestión nacional en España*, Ed. Ariel, Barcelona, 1986, pp. 244-260.
90. R. Piñeiro López: *Olladas no futuro*, Ed. Galaxia, Vigo, 1974, passim.
91. -----: "Mestres da conciencia galega", in *Boletín de la R.A.G.*, num. 357 (Janeiro 1975), pp. 106-108.
92. H. Rabunhal Corgo: "Hábitat político e normalizaçom lingüística", in *Actas* (vide 1.), pp. 127-135.
93. M.A. Rebollo Torío: *Vocabulario político, republicano y franquista (1931-1971)*, Fernando Torres Ed., Valencia, 1978.
94. M. Rodrigues Lapa: *Estudos galego-portugueses*, Sá da Costa Ed<sup>a</sup>, Col. Noroeste, Lisboa, 1979.
95. F. Rodríguez: *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*, Eds. Xistral, Compostela, 1980, 2<sup>a</sup> ed.
96. -----: "Castelao, símbolo e guieiro do nacionalismo", in AA.VV., *Castelao. Contra a manipulación*, Eds. Xistral, Compostela, 1984, pp. 107-135.
97. S. Serrano: *Lingüística i qüestió nacional*, Eliseu Climent Ed., Valencia, 1979.
98. A.D. Smith: *The Theories of Nationalism*, Gerald Duckworth & Co. Ltd., London, 1971 (traduçom castelhana em Eds. Península, Barcelona, 1976).
99. J. Solé Tura: *Nacionalidades y nacionalismos en España. Autonomías, Federalismo, Autodeterminación*, Alianza Ed., Madrid, 1985.
100. J.W. Tollefson: "Language Policy and the Meanings of Diglossia", in *Word*, Vol. XXXIV (1983), 1., pp. 1-9.
101. J. Touchard et alii: *Histoire des idées politiques*, P.U.F., Paris (traduçom espanhola em Tecnos, Madrid, 1977, 5<sup>a</sup> reimpr. da 3<sup>a</sup> ed.).
102. P. Vázquez Cuesta: "O campesiño galego en Castelao", in AA.VV., *Les campagnes portugaises de 1870 à 1930: image et réalité. Actes du Colloque. Aix-en-Provence, 2-4 Décembre 1982*, Fondation Calouste Gulbenkian, Paris, 1985, pp. 351-363.
103. X. Vilas Nogueira: *O estatuto galego*, Eds. do Rueiro, Corunha, 1977.
104. -----: "Ideología y periodización del diferencialismo gallego en el siglo XIX", in M. Tuñón de Lara et alii, *Ideología y sociedad en la España contemporánea. Por un análisis del franquismo*, Ed. Cuadernos para el diálogo, Madrid, 1977, pp. 11-36.
105. -----: "A filiación ideolóxica da obra de Risco", in *Estudios de Historia Social* (Madrid), nums. 28-29 (Janeiro-Junho 1984), pp. 311-318.
106. X. Vilhar Trilho: "Apontamentos sobre os discriminatórios principios configuradores do estatuto legal do galego", in *Actas* (vide 1.), pp. 137-147.
107. -----: "Notas sobre caracterizaçom sociolingüística do galego e principios configuradores do vigente modelo legislativo regulador do seu uso público", in

- AA.VV. (J.J. Ruiz Olabuénaga-J.A. Ozamiz, Coordenadores), *Sociología de lenguas minorizadas*, ttarttalo, Donostia, 1986, pp. 51-63.
108. R. Villares Paz: "As relacións da Galiza con Portugal na época contemporánea", in *Grial* (Vigo), num. 81 (Julho-Setembro 1983), pp. 301-314.
109. M. Weber: *Politik als Beruf. Wissenschaft als Beruf*, Verlag Duncker & Humblot, Berlin-München, 1926; "Introduction" de R. Aron, Librairie Plon, Paris, 1959 (tradução castelhana em Alianza Ed., 1975, 4ª ed.).